

Magistrado aponta falhas na proteção de menores

Casos mortais devem ser investigados para se detetar falhas, defende responsável pela revisão do sistema

Gina Pereira
gina@jn.pt

O **SISTEMA** de proteção de crianças e jovens em Portugal “tem fragilidades e problemas de concretização que se arrastam há vários anos” e que são visíveis pelo elevado número de casos de maus-tratos físicos a crianças e jovens que todos os anos são investigados. As falhas são apontadas ao JN pelo procurador-geral-adjunto Francisco Maia Neto, que preside à comissão criada em fevereiro pelo Governo para estudar a revisão do sistema de proteção de crianças e jovens em risco, cuja proposta deverá ser conhecida até setembro/outubro.

O inspetor do Ministério Público admite que há falhas na sinalização dos casos de risco e na prevenção das situações. Só no ano passado foram abertos 1732 processos por maus-tratos a crianças pelas 305 comissões de proteção de menores, uma média de cinco por dia, num total de 4237 casos acompanhados.

Para o procurador, tragédias como a da bebé de quatro meses que faleceu no domingo com queimaduras depois de ter sido mergulhada em água a ferver pelo pai, devem ser

investigadas “para se perceber o que é que falhou”.

“Em todos os casos mortais deve ser feita uma investigação do fim para o princípio para se perceber se todas as entidades fizeram o que tinha de ser feito, se o sistema funcionou”, diz Maia Neto, defendendo que não deve haver medo de “falar das falhas”. Essa investigação deve ser feita “de forma pedagógica” para que eventuais erros não se repitam no futuro.

“Para que estas mortes não sejam em vão, e por uma questão de método, isso deve ser feito”, diz, admitindo que em Portugal não está definido quem tem competências para o fazer. Em seu entender, poderia ser a Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens ou uma Provedoria da Criança, órgão que não existe em Portugal.

Problemas já identificados são a falta de tempo dos membros das comissões para se dedicarem aos casos e a necessidade de as comissões serem redimensionadas, definindo um número mínimo e máximo de casos. Deve ser obrigatória a mediação familiar nas situações complexas de conflito parental. ●

**FALTA TEMPO
AOS MEMBROS
DAS COMISSÕES
E É PRECISO DEFINIR
NÚMERO MÁXIMO DE CASOS**

SOS CRIANÇA

Linha gratuita recebeu 2358 apelos em 2013

A linha SOS Criança (número gratuito 116111), do Instituto de Apoio à Criança, recebeu no ano passado 2358 apelos (menos 402 do que em 2012). Os principais alertas são para situações de crianças em risco (332), negligência (272), maus-tratos físicos na família (213), maus-tratos psicológicos (115) e abusos sexuais (43). Mães, vizinhos e avós são quem mais denuncia. Foram abertos 434 processos.

Hoje as situações são mais complexas

Manuel Coutinho, psicólogo clínico responsável pela linha, diz que hoje as situações são de maior complexidade e obrigam a um maior acompanhamento/encomendamento. As novas famílias e a crise são fatores que motivam novos problemas.



Caso da bebé de quatro meses morta às mãos do pai deve ser investigado



“Sistema tem fragilidades e problemas que se arrastam há anos”

Maia Neto
Procurador-adjunto